



CÂMARA MUNICIPAL DE
BALSAS

GABINETE DA VEREADORA PRISCILA CARACÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE BALSAS

ARQUIVADO

EM: 27 / 03 / 2025

PROJETO DE LEI Nº 003 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025.

“DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE POR PARTE DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS, PERMISSONÁRIAS E PRESTADORAS DE SERVIÇOS QUE OPERAM COM CABEAMENTO POR MEIO DE REDE AÉREA DA REMOÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FIAÇÃO INUTILIZADA OU EM DESUSO DE LOCAIS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE BALSAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A Vereadora que este subscreve no uso de suas atribuições legais e observadas as demais disposições Regimentais Internas, submete à apreciação e deliberação do Colendo Plenário desta Casa, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Ficam as empresas concessionárias, permissionárias e prestadoras de serviços de telecomunicações, distribuição de energia elétrica, televisão a cabo, banda larga ou demais serviços prestados por meio de rede aérea obrigadas a promover a remoção de dispositivos inservíveis, em desuso ou inutilizados que tenham sido instalados em locais públicos no município de Balsas.

Parágrafo único. Consideram-se dispositivos inservíveis os equipamentos, condutores e/ou acessórios, que não tenham utilidade para a continuidade do serviço a que se destinavam.

Art. 2º As empresas, concessionárias, permissionárias e demais prestadoras de serviços ficam obrigadas a:

I - identificar os cabos existentes e realizar o alinhamento da fiação nos postes, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta Lei;

II - retirar os fios excedentes, em desuso ou inutilizados, no prazo de 90 (noventa) dias;

III - identificar e instalar separadamente as fiações, contendo o nome das respectivas ocupantes, salvo quando o desenvolvimento tecnológico permitir compartilhamento;

IV - notificar as demais empresas que utilizam os postes como suporte de seus cabeamentos, a fim de que estas promovam o alinhamento e retirada das fiações excedentes, em desuso ou inutilizadas;



CÂMARA MUNICIPAL DE **BALSAS**

GABINETE DA VEREADORA PRISCILA CARAÇA

V - manter, conservar, remover e substituir os postes de concreto ou madeira que se encontrem em estado precário ou sem isolamento, tortos, inclinados ou em desuso, sem qualquer ônus para a administração pública municipal ou para os consumidores;

§ 1º Havendo a substituição dos postes, as empresas notificadas têm o prazo de até 5 (cinco) dias para regularizar a situação de seus cabos e demais equipamentos, devendo comunicar imediatamente as demais empresas que façam uso do poste como suporte de cabeamento para que de mesmo modo procedam.

§ 2º Nas ruas arborizadas o cabeamento aéreo deverá ser estendido à distância razoável das árvores e demais imóveis urbanos, ou, não sendo possível, devidamente isolados.

Art. 3º O compartilhamento da faixa de ocupação deve ser feito de forma ordenada e uniforme, de modo que a instalação de um ocupante não utilize pontos de fixação e nem invada a área destinada a outros, bem como o espaço de uso exclusivo das redes de energia elétrica e de iluminação pública, conforme dispõe a NBR nº 15214, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e demais normas técnicas vigentes da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, ou que venham a substituí-las.

Art. 4º Constatado o descumprimento do disposto nesta Lei, as empresas serão notificadas a promover as adequações necessárias ao cumprimento de suas obrigações no prazo de 7 (sete) dias, contados a partir da data do recebimento da notificação.

§ 1º Nos casos de emergência, risco de dano ou iminente perigo à população, fica o prazo reduzido para 24 (vinte e quatro) horas, a partir da data do recebimento da notificação emitida pelo órgão municipal competente.

§ 2º Havendo a necessidade de substituição de postes, caracterizada por situação de urgência e risco à saúde e à segurança de terceiros ou instalações, a empresa notificada fica obrigada a comunicar imediatamente as demais empresas que façam uso do poste como suporte de cabeamento, a fim de sanarem-se os riscos.

Art. 5º O descumprimento dos prazos previstos nesta Lei sujeitará o agente infrator às seguintes sanções:

I - multa de 1.000 (mil) vezes o valor correspondente à Unidade de Referência Municipal - URM, no caso de descumprimento dos prazos previstos no art. 2º desta Lei;

II - multa de 500 (quinhentas) vezes o valor correspondente à Unidade de Referência Municipal - URM, no caso de descumprimento do prazo previsto no caput do art. 4º desta Lei;

III - multa de 250 (duzentos e cinquenta) vezes o valor correspondente à Unidade de Referência Municipal - URM, no caso de descumprimento do prazo previsto no § 1º do art. 4º desta Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE
BALSAS

GABINETE DA VEREADORA PRISCILA CARAÇA

Parágrafo único. A aplicação das multas de que tratam este artigo não desobrigam o infrator a sanar as irregularidades existentes.

Art. 6º O descumprimento das obrigações, prazos e multas previstas nesta Lei autoriza o Município de Balsas ao ajuizamento da ação judicial cabível, sem prejuízo do pagamento das multas previstas nesta Lei.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, mediante Decreto, no que couber.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário da Câmara Municipal de Balsas, Domingos Holanda, 11 de fevereiro de 2025.

Priscila Camargo Caraça de Albuquerque
Vereadora/PL



JUSTIFICAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 003/2025

É possível observar que a paisagem urbana frequentemente é assolada por emaranhados de cabos e fios nos postes da rede elétrica, muitas vezes abandonados, colaborando com a poluição visual nas Cidades e os riscos aos transeuntes ao aumentar o risco de rompimento dos fios de alta tensão.

O cabeamento e a fiação aérea já contribuem em muito para a poluição visual das ruas e Cidades. Para piorar a situação, atualmente ainda temos que enfrentar um emaranhado de fios que estão lá sem utilização, sobrecarregando os postes que passam a servir como "estoques" de fiação e cabos excedentes.

Nesse sentido, frisa-se o artigo 4º, § 1º da Resolução Conjunta nº 4, de dezembro de 2014, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL):

"Art. 4º - No compartilhamento de postes, as prestadoras de serviços de telecomunicações devem seguir o plano de ocupação e infraestrutura da distribuidora de energia elétrica e as normas técnicas aplicáveis, em especial:

(...) § 1º - O compartilhamento de postes não deve comprometer a segurança de pessoas e instalações, os níveis de qualidade e a continuidade dos serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica."

Portanto, como se verifica, o excesso de fios em postes deve ser removido, uma vez que o seu acúmulo pode comprometer a segurança, violando o artigo supramencionado.

Este Projeto busca suprimir a fiação aérea excedente e sem uso instalada nos postes pelas concessionárias responsáveis por sua implantação, devolvendo, em parte, a harmonia visual da localidade. Estes são os fundamentos que justificam o apoio dos ilustres Pares à Proposição.

Diante do exposto, rogamos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Plenário da Câmara Municipal de Balsas, Domingos Holanda, 11 de fevereiro de 2025.

Priscila Camargo Caraça de Albuquerque



CÂMARA MUNICIPAL DE
BALSAS

GABINETE DA VEREADORA PRISCILA CARAÇA





CÂMARA MUNICIPAL DE
BALSAS

GABINETE DA VEREADORA PRISCILA CARAÇA

SITUAÇÃO ATUAL:



SITUAÇÃO ATUAL:

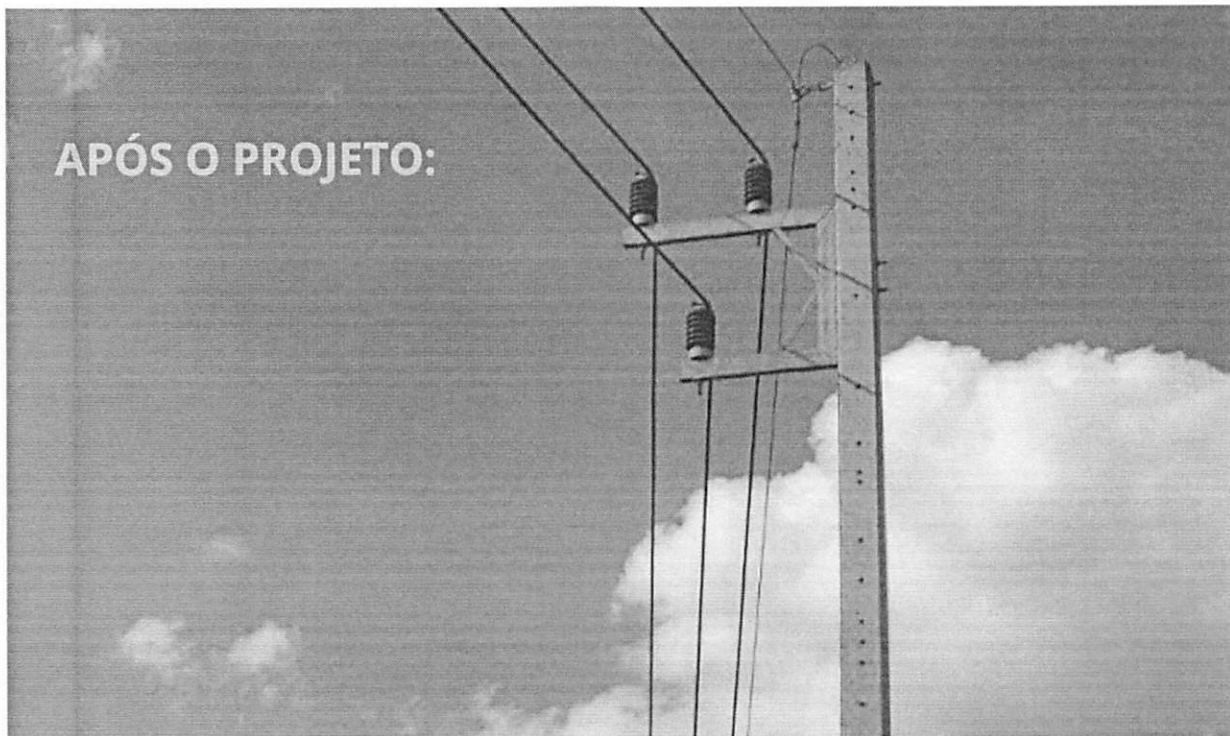




CÂMARA MUNICIPAL DE
BALSAS

GABINETE DA VEREADORA PRISCILA CARAÇA

APÓS O PROJETO:



APÓS O PROJETO:

